

Ata Sumária 229 - 207ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local:

Em 13 de agosto de 2013, às 9 horas, na sala de reuniões do CAP.
À Av. Coronel Eugênio Muller, 622 – Centro, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

1 – Abertura e verificação do número de presenças.

Eu, Cristina Costa Biu, Secretária Executiva do CAP, realizei a verificação dos presentes e foi constatado que havia quorum para abrir a reunião, ou seja, superior à metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo. Justificaram a ausência na reunião de hoje os Senhores Ricardo Arten, Amilcar Gazaniga, Limber Ocampo, Henrique Malta, Rogério Fortunato, Platão Figueiredo, Luiz Graf e Miguel Maio. Foi registrada a presença dos senhores Paulo Ferraz de Figueiredo Júnior, representante da Itajaí Práticos, Luis Gustavo Robetti, representante da Receita Federal e Capitão Tenente Hélio Vianeí, da Capitania dos Portos. Foi passada a palavra ao senhor Presidente que saudou os membros do CAP, convidados e declarou aberta a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	ANSELMO JOSÉ DE SOUZA
Governo do Estado	HORÁCIO PLATÃO GOES DE FIGUEIREDO
Prefeitura Municipal	

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	ANTONIO AYRES DOS SANTOS JUNIOR HEDER MORITZ
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUEZ INGRID KRAUSE
Armadores	MARCELO DA SILVA TELLES
Operadores Portuários	RICARDO RAMOS

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	GUSTAVO COELHO ENGEL
Trab. Portuários Avulsos	MARCIO AURÉLIO GUAPIANO

BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Exportadores e Imp. De Mercadorias	CLÉCIO FÁBIO ZUCCO
Proprietários e Cons. Mercadorias	MARCO AURÉLIO SEARA JÚNIOR ECLÉSIO DA SILVA
Terminais Retroportuários	FABRÍCIO GOMES PHILIPPI




2 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior e da ata da reunião extraordinária.

O Sr. Presidente do CAP colocou a ata para aprovação dos conselheiros, a qual foi aprovada por unanimidade.

3 - Apresentação pela Superintendência do Porto de Itajaí dos relatórios estatístico e financeiro, com comparativo entre o orçado e o realizado, bem como quadro de pessoal do mês anterior:

Relatório Estatístico: Heder apresentou o Relatório Estatístico e informou que julho teve a melhor movimentação do ano, registrou-se 1,19 milhão de toneladas e 103,04 mil de TEUs no mês. Recordes históricos que dão a autoridade portuária a expectativa de encerrar o ano de 2013 com aumento de até 12% na movimentação de contêineres, atingindo a marca de até 1,2 milhão de TEUs, o Superintendente do Porto de Itajaí comentou que o crescimento é o reflexo da dragagem, pois está permitindo entrar navios maiores atendendo assim a demanda. Comparando com os Terminais próximos de Santa Catarina, observou que o Porto de Itajaí tem a mesma perspectiva de crescimento de outros portos que estão na concorrência. Marcelo comentou sobre as vantagens competitivas com outros Portos devido ao novo calado e tem visão positiva, citou alguns Portos que possuem problemas de congestionamento e não estão atendendo a demanda. Heder comentou que conforme análise feita nas informações relativas a movimentação de cargas no Complexo portuário de Itajaí, no 1º semestre de 2013, verificou-se que as exportações somaram 1.987.701 toneladas de peso líquido contra 1.794.379 toneladas de peso líquido movimentadas de importações, observando-se assim uma maior movimentação das cargas exportadas. Contudo, quando comparamos o valor comercial das cargas observou-se que foram comercializados em exportações US\$ 4.171.443,000 e de importações foram US\$ 4.440.507,000. Dessa forma, observa-se uma maior movimentação em termos de valor comercial pendendo para as importações.

Relatório Financeiro: Alexandre, Diretor Financeiro do Porto de Itajaí, comentou que no mês de julho teve um aumento da receita devido ao aumento de navios de cabotagem, e também com acordo com a APM de armazenar os containers de importação na área pública, aumentando, assim, a arrecadação e fazendo com que o déficit orçamentário do mês de julho diminuísse. Quanto as despesas, citou o pagamento da primeira parcela do 13º salário dos funcionários. Comentou que foi assinado no Congresso no mês de julho o projeto Complexo Náutico e Ambiental de Itajaí, registrou que foi feito um contrato com a duração de 18 meses com a Empresa que ganhou a licitação, empresa Porto Esportivo Itajaí, formada pelo Consórcio Viseu KL – composto pela Construtora Viseu Ltda e Karlos Gabriel Lemos ME –, concessionária do empreendimento, que irá iniciar as obras de contenção do aterro hidráulico, paralelo a esse serviço está sendo feita a dragagem do Saco da Fazenda para 4 metros de aprofundamento da área que vai abrigar o Complexo Náutico e Ambiental de Itajaí com duração de 6 meses.

4 – Correspondências Recebidas

Não Há.



ORDEM DO DIA

- 1. Atualização das informações sobre a nova bacia de evolução do Complexo Portuário de Itajaí (Eclésio da Silva).** O Superintendente do porto de Itajaí apresentou um novo projeto da nova bacia de evolução, necessária para que navios maiores manobrem e atraquem nos terminais do Complexo. O projeto prevê uma nova bacia de 530 metros de diâmetro nas proximidades da foz do rio Itajaí-Açu, em frente ao Saco da Fazenda. A atual bacia, com 400 metros de diâmetro, permite que apenas navios de até 294 metros alcancem os terminais locais. Com a obra, o Complexo, que inclui o Porto Público, mais as empresas APM Terminals Itajaí, Portonave Terminais Portuários Navegantes e demais terminais instalados a montante, poderá receber as embarcações que circulam na costa brasileira, com 366 metros. A proposta de localização da nova bacia de evolução levou em consideração a segurança da operação, os estudos da engenharia, o baixíssimo impacto social e a possibilidade de redução do prazo de execução da obra. Inviabilizando o projeto anterior que incluía retirada e indenizações das famílias de Navegantes. Os estudos para a definição do projeto devem ser concluídos até outubro. "Vários estudos estão sendo analisados há meses e esse projeto é o que menos impacta na comunidade", afirma Antônio Ayres dos Santos Júnior, superintendente do Porto de Itajaí. A empresa holandesa Arcadis realizou uma série de estudos para definição do melhor local para a nova bacia de evolução. O local escolhido agora é o que apresenta o menor impacto social. A alternativa só pode ser apresentada após o aval dos práticos. Para eles, que atuam no Complexo, a localização da nova bacia é considerada segura para a realização da manobra dos navios. A praticagem fez treinamentos e simulações na Holanda e está preparada para nova bacia de evolução que irá ter navegação a ré desde a área de giro do navio até a atracação. Orçada em R\$ 300 milhões, a obra vai garantir a competitividade do Complexo Portuário, segundo maior movimentador de contêineres do País.
- 2. As ações do CAP sobre a estrutura do MAPA e ANVISA (Eclésio da Silva).** Eclésio expôs a preocupação nos atrasos nas liberações de cargas nos postos da ANVISA e MAPA, os profissionais que operam nos terminais de cargas reclamam que a demora em realizar as análises das licenças está atrasando a entrega das mercadorias, além de aumentar o custo de armazenagem de cargas paradas. O problema se agravou com a nova Lei dos Portos, que exige que os postos dos órgãos intervenientes estão funcionando 24 horas com a mesma quantidade de servidores que antes estavam em horário comercial e ainda com os fiscais que vão que se aposentando, diminuindo ainda mais os funcionários, destacou a necessidade de uma reposição imediata de trabalhadores. Comentou que a situação é muito grave e pediu ação do CAP para ajudar a solucionar o problema, pois Itajaí corre o risco de perder cargas. Anselmo, o Presidente do CAP, se disponibilizou a acompanhar uma comitiva organizada para audiência em Brasília. Heder comentou que esse assunto é relevante e está na ATA da

audiência em Brasília. Heder comentou que esse assunto é relevante e está na ATA da última reunião da CONAPORTOS, esse novo horário está prejudicando o nosso Porto, e que os processos que antes demoravam 5 dias, estão agora levando 9 dias na ANVISA, Heder sugeriu que o Governo deve analisar a situação real de cada Porto e levar em consideração que o nosso tempo de liberação, por serem cargas conteineizadas e programadas, é diferente de Portos graneleiros.

- 3. Apresentação do relatório do GT sobre a situação financeira a as ações a serem tomadas do Porto de Itajaí (Eclésio da Silva).** Eclésio da Silva, como relator, apresentou o resultado da reunião do GT e apontou alguns itens que foram discutidos e situações constatadas e recomendações a cortar custos: 1) A locação de uma área pública para a APMT, o grupo analisou a situação e recomendou que por ser área pública não pode ser alugado sem que haja licitação; 2) Alteração da tabela 1 do Porto, para maior arrecadação, pois com o aumento de tamanho dos navios, diminui a quantidade de atracações e conseqüentemente a receita em relação a tabela 1 teve redução, o GT recomendou que o acréscimo seja feita de forma gradativa e comitante com as vantagens que o Porto pode oferecer, referindo-se ao calado e profundidade para maior segurança de navegabilidade; 3) Alteração da tabela 5 de armazenagem, aprovado pelo grupo de trabalho a solicitação do Porto a aplicação de 0,35 % no primeiro período e diminuir o tempo de armazenamento de 10 para 7 dias, equiparando isonômicamente com o que a APMT já está operando. 4) As horas extras gastas pelo Porto chegam a quase duzentos mil por mês, o GT recomendou que se não cortar imediatamente esse gasto o rombo chegará a um milhão e meio até o final do ano e justificou que não há necessidade de horas-extras num Porto que não há operação; 5) Plano de demissão incentivada, que está sendo avaliado pela prefeitura; 6) Quanto as despesas do Porto, recomendou-se que sejam feitas sempre por resoluções em forma de lei; 7) Planos de saúde da UNIMED, o GT recomendou uma análise aprofundada por ser um plano de um custo muito elevado; 8) Vale-refeição e assistência de farmácia, recomendou-se que seja revisto, por também ter um custo muito elevado; 9) Cargos comissionados, recomendou a redução de cargos comissionados se adaptando a realidade do Porto. 10) Armazenamento de contêiner de importação em área pública, o GT propõem um acordo com a APMT de comprometimento para armazenagem de 400 containers por mês na área pública. Luciano Angel, representante dos Operadores Portuários, comentou que as horas-extras são um problema de gestão, recomendou diminuir os gastos e se opôs ao aumento da tabela 1 ponderando que essa deveria ser a última medida a ser tomada. Márcio Guapiano concordou que há muitos gastos, e comentou que qualquer medida que mexa direitos e ganhos dos trabalhadores é delicada, pois foram direitos adquiridos e compromissos assumidos e salientou que as horas-extras exercidas são necessárias, pois, senão elas não seriam liberadas pelos administradores, lembrou de alguns postos foram assumidos pela Guarda Portuária que antes eram exercidos pela segurança terceirizada, considerando que a Guarda Portuária é o maior peso das horas extras. Dr. Antonio, agradeceu ao Grupo de Trabalho e ao CAP pelo apoio, envolvimento e dedicação e lembrou que o Porto Público não precisa ter lucro, mas deve ter uma receita ideal para oferecer condições plenas de manter as suas atribuições e uma estrutura portuária adequada de bom funcionamento e acesso, e também esclareceu que o Porto não teve nenhum

investimento para a Volvo Ocean Race, foi utilizado o terreno do Porto Organizado fazendo melhorias e saneando a área dando condições de uso e que mais tarde será aproveitada para ser concretizado o Projeto do Centro Comercial Portuário, já previsto pelo Porto, comentou que os valores correspondentes às obras de reurbanização foi um investimento de R\$ 5.000.000,00 que retornarão aos cofres do Porto quando da privatização daquela área, conforme explicado em reunião. Comentou que no Porto, hoje, existem 231 funcionários, desses 104 são Guarda Portuários, 30 são comissionados e, explicou sobre o PDV, que é Programa de Demissão Voluntária, hoje existem 50 remanescentes no Porto e que está sendo proposto o plano de demissão voluntária a esses funcionários CODESP e PORTOBRÁS do Governo Federal que incorporaram ao Porto Municipalizado. Explicou que os benefícios e Plano de saúde dos funcionários estão na Lei Federal/1997. Comentou que o aumento da tabela 1 já havia sido autorizado pela ANTAQ em 2010, mas a Autoridade Portuária decidiu não aumentar na situação atual da época e a dificuldade financeira que a cidade de Itajaí estava passando na ocasião, devido às enchentes e falta de serviços. Heder, diretor executivo do Porto de Itajaí, observou que os benefícios são direitos conquistados e que no período entre 1990 e 1995 não houve aumento de salários então aumentavam o Vale alimentação, ressaltando, também, que muitos trabalhadores Portuários tem no Porto a sua única fonte de renda e onde passaram a maior parte de suas vidas, contribuindo para História do Porto de Itajaí. Explicou que o Porto se afastou da parte operacional, mas continua sendo responsável pela segurança da área pública, salientou que o arrendatário opera em recinto alfandegado público armazenando de 50% a 60% das cargas em recinto público, gerando, assim, um custo alto, pois a autoridade portuária é responsável pela Segurança Portuária, inclusive que devemos oferecer a toda estrutura de Segurança legal como ISPS CODE, scanners, vigilância eletrônica. Comentou que a responsabilidade da Autoridade Portuária deve ser revista, por isso há necessidade de revisão e correção com o processo de complementação no arrendamento que está em andamento. Marcelo Telles também se posicionou contra o aumento da tarifa, registrou que pode afetar a movimentação e que o Porto deve tomar providências de longo prazo. Gustavo comentou que a função do Porto é regular, fiscalizar e controlar a área total do Porto Organizado, e não é mais "operacional" como informado pelo GT e registrando que a Guarda Portuária está abrangendo novos postos de trabalho que antes eram pagos a empresa de vigilância privada, mesmo sendo atividade-fim da guarda portuária, alertou que a administração ou pagou indevidamente para empresa privada para os vigilantes cuidarem de postos que não precisavam, ou a guarda precisa assumir estes postos de trabalho vago pela saída da empresa: motivo das horas extras, lembrou sobre os cargos comissionados que sobrecarregam os gastos do Porto existindo ainda dois TAC's para a manutenção desses cargos: um do Ministério da Trabalho e outro do Ministério Público e uma ADIN (Ação de Inconstitucionalidade), concluiu sobre a necessidade das horas extras que são em função dos novos postos de trabalhos e que antes de tomar qualquer decisão final deve-se esperar pelo novo marco regulatório, que poderá definir ser necessário mais guardas e abrir novo concurso, ou manter os atuais, ou ainda diminuir os postos de trabalho da nova lei dos portos 12.815/2013. Ressaltou que os benefícios que os servidores públicos tem, são oriundos de antigas negociações trabalhistas, à época Portobras e posteriormente Codesp, e assumidos pela atual administração do Porto de



Itajaí quando assumiu a Administração, através do convênio de Delegação em 1997. Ricardo Ramos, também se opôs ao aumento da tabela 1 devido a concorrência de mercado atual e que o equilíbrio financeiro deve-se fazer de outra maneira.

4. **Apresentação da Resolução da nova Tarifa Portuária (Dr. Antonio e Alexandre).** Para conhecimento, Heder fez a leitura da Resolução nº 10 de 12 de agosto de 2013, que passa a vigorar em 1º de setembro de 2013, que versa sobre os novos descontos lineares para os valores contidos na tabela 1 e alteração na tabela 5, exceto a cabotagem. Dr. Antonio salientou que o custo da tarifa portuária representa em apenas 1.2% do custo geral da operação portuária (envolvendo operação e frete). Luciano destacou que a tabela da cabotagem deve ser mantida proporcionalmente a tabela de longo curso.

6. Assuntos Gerais

Não Há.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar o Sr. Anselmo José de Souza deu por encerrada a reunião e marcou a próxima para o dia 13 de setembro de 2013, às 9 horas. Eu, Cristina Costa Bui, Secretária Executiva do CAP, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo senhor Presidente. Itajaí, 13 de agosto de 2013.

